

O Rural  
Brasileiro  
na Perspectiva  
do Século  
XXI



# O Rural Brasileiro na Perspectiva do Século XXI

Sergio Pereira Leite  
Regina Bruno

ORGANIZADORES

Garamond

2019

Copyright © dos autores

Direitos cedidos para esta edição à

*Editora Garamond Ltda.*

Caixa Postal: 40.854

CEP 20261-970 – Rio de Janeiro – Brasil

Tel: (21) 2504-9211

[editora@garamond.com.br](mailto:editora@garamond.com.br)

[www.garamond.com.br](http://www.garamond.com.br)

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE  
SINDICATO NACIONAL DOS  
EDITORES DE LIVROS, RJ

---

Todos os direitos reservados. A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

*Essa coletânea  
é dedicada à memória de  
Héctor Alimonda.*



# SUMÁRIO

## **Prefácio**

*Maria de Nazareth Bwaudel Wanderley* ..... 9

## **Apresentação**

*Sergio Pereira Leite, Regina Bruno* ..... 13

## **I. POR UMA COMPREENSÃO ABRANGENTE DO RURAL BRASILEIRO**

### **Identities rurais, natureza, multiplicidades e subalternias**

*Roberto José Moreira* ..... 21

### **Tipologias e significados do “rural”: uma leitura crítica**

*Maria José Carneiro, Laila Sandroni* ..... 43

### **Apontamentos sobre a historicidade do sistemas agrícolas latino-americanos**

*Hector Alimonda* ..... 59

### **Messianismo e mudança social no mundo rural**

*Dora Vianna Vasconcellos* ..... 71

### **Um olhar sobre a “Marcha para o Oeste”: Amazônia**

*Eli Napoleão de Lima* ..... 87

## **II. ATORES, REDES, MOBILIZAÇÕES E NOVOS CONFLITOS NO CAMPO**

### **Movimentos sociais, questões fundiárias e mediações jurídicas: apontamentos sobre as relações entre o Direito e os conflitos sociais**

*Leonilde Servolo de Medeiros* ..... 107

### **O discurso de Roberto Rodrigues na *Agroanalysis* e o paradoxo do Governo Lula**

*Débora F. Lerrer* ..... 129

### **A humilhação como recurso de poder: empregadores e trabalhadores rurais escravizados no Brasil contemporâneo**

*Regina Bruno, Pierre Ansart* ..... 151

<b>Entre perigos, legitimações e uso seguro: o cotidiano das práticas de utilização de agrotóxicos por agricultores familiares na região de Barbacena – MG</b> <i>Helena Rodrigues Lopes, Claudia Job Schmitt</i> .....	167
<b>Redes agroalimentares alternativas no Brasil</b> <i>Fátima Portilho, Ísis Leite Ferreira</i> .....	189
<b>Desafios para os BRICS: multipolaridade, nova arquitetura econômica internacional e sustentabilidade ambiental</b> <i>Jorge O. Romano, Gerardo Cerdas Vega</i> .....	205
 <b>III. POLÍTICAS PÚBLICAS EM QUESTÃO</b>	
<b>Entre a concepção e a implementação das políticas territoriais no Brasil: ideias, interesses e instituições na governança multinível</b> <i>Catia Grisa, Nelson G. Delgado</i> .....	227
<b>Gestão territorial e desenvolvimento: análise comparativa de políticas territoriais na Amazônia</b> <i>Thereza Cristina Cardoso Menezes</i> .....	249
<b>A experiência da Petrobras Biocombustível no Semiárido brasileiro e os desafios do desenvolvimento inclusivo</b> <i>Georges Flexor, Karina Yoshie Martins Kato, Nelson Giordano Delgado, Sergio Pereira Leite</i> .....	269
<b>O “ICMS Ecológico” – equidade social e eficácia ambiental das transferências fiscais no Noroeste de Mato Grosso</b> <i>Peter H. May, Maria Fernanda Gebara, Guilherme Lima, Carolina Jordão, Pedro Nogueira, Maryanne Grieg-Gran</i> .....	297
<b>Revolução, reformas e políticas públicas</b> <i>Raimundo Santos</i> .....	319
<b>Conflitos intra-burocráticos e agência dos indivíduos: a construção política dos adidos agrícolas</b> <i>Ricardo Dias da Silva, Jorge O. Romano</i> .....	343
<b>Sobre os autores</b> .....	363



## PREFÁCIO

*Maria de Nazareth Bwaudel Wanderley*

Minhas primeiras palavras são de felicitações a todos os que fazem o CPDA, pela festa dos 40 anos. Data importante, na vida das pessoas e das instituições, que marca a maturidade e a consolidação de um projeto. Pessoalmente, nunca fiz parte do CPDA, mas confesso que me sinto intelectual e afetivamente estreitamente ligada a essa equipe, com a qual compartilhei momentos fortes e profundos de seu percurso acadêmico.

Considero o CPDA um dos melhores programas de Pós-Graduação do País, dedicado aos estudos rurais, dentre tantos e tão bons que existem, em quase todas as universidades brasileiras. E para justificar essa avaliação enumero as que considero grandes qualidades que desenham o seu perfil institucional.

Para começar, o caráter interdisciplinar. Não deve ter sido fácil para o CPDA tanto quanto para outros programas que assumem a mesma proposta, afirmar-se nesse campo da interdisciplinaridade, enfrentando a tradição disciplinar da pós-graduação brasileira e fazendo emergir, passo a passo, uma outra concepção da produção científica. Que se compreenda bem: a interdisciplinaridade não é de nenhum modo a negação das disciplinas. Cada uma dessas tem seu objeto e sua forma de estudá-lo. Ninguém abre mão disso. Porém, a perspectiva interdisciplinar, longe de negar as especificidades das disciplinas, as supõe. É que o seu fundamento é a construção do diálogo entre elas. E o retorno à disciplina é sempre original e inovador. Grande desafio que, certamente, foi também difícil para o CPDA. No entanto, os resultados do trabalho realizado, ao longo desses 40 anos, hoje visíveis e reconhecidos, a exemplo do livro que está sendo agora lançado, comprovam que o caminho escolhido foi bom.

Para que o campo interdisciplinar possa florescer é necessário que ele se construa em torno de uma problemática. O CPDA está focado, desde o início, nos estudos rurais, procurando, através da produção de conhecimentos e da formação de pesquisadores, contribuir para a compreensão da complexidade do mundo rural, como parte estruturante indispensável da sociedade brasileira. Objeto denso e extenso, que supõe suas transformações ao longo da História e sua diversidade espacial. Tempo e espaço que se encontram no patamar da atualidade, iluminando-a,

atualidade que se refere, antes de tudo, ao “rural” enquanto uma questão colocada para a sociedade, a questão agrária.

Não teria condições de apresentar, nesse pequeno texto, a enorme contribuição do CPDA à pesquisa sobre o mundo rural. Mas, aprecio de modo particular, nesse tratamento do agrário enquanto questão, a postura científica, cujo lastro é dado pelas pesquisas rigorosamente realizadas, o espírito crítico, que descarta como inapropriadas as referências ideológicas escusas e comprometedoras, o olhar voltado para os atores sociais e os seus movimentos organizados, que constroem esse mundo rural e a coragem de revelar o quanto de injustiças, desigualdades, degradações e não reconhecimento permeiam as relações sociais que fazem do mundo rural brasileiro o que ele é e que explicam o lugar que lhe é atribuído na sociedade. Não são outros os fios condutores que organizam o livro aqui apresentado: ruralidade: história e realidade atual; atores sociais: identidades, redes, conflitos, representações e discursos; territórios e globalização. São os temas recorrentes que, surpreendentemente, dão conta não só dos debates atuais, mas daqueles que construíram o pensamento social gerado no CPDA.

Acrescento duas outras qualidades para compreender o espraiamento da influência do CPDA. Em primeiro lugar, sua dimensão nacional. A começar pelos alunos, que vêm de todas as partes do País (sem contar os que vêm do exterior). Não tenho dúvidas que eles encontram na Presidente Vargas não só uma resposta para seus estudos locais, mas, igualmente, a síntese necessária, que permite compreendê-los, enquanto parte de uma questão mais ampla, pertencente ao Brasil. A essa formação de pesquisadores soma-se a contribuição direta ao debate nacional. Apenas como exemplo, lembro os estudos realizados nos anos 1970, que ficaram conhecidos como os textos da BINAGRI, sobre a agricultura brasileira, e o mais recente, sobre os impactos dos assentamentos da reforma agrária. Mais uma vez, o que emerge é uma leitura de síntese, capaz de articular e dar sentido às particularidades temporais e locais.

Em segundo lugar, sua experiência de cooperação com os demais centros universitários brasileiros. A esse respeito, a primeira ideia que me vem ao espírito é o papel central que o CPDA assumiu na fundação e consolidação do Projeto PIPSA, desde os anos 1970. O Horto, onde funcionava inicialmente o CPDA, que muitas vezes era assim reconhecido, era o lugar do encontro de todos os que, desde então, se interessavam pelos estudos rurais. Criou-se, assim, uma trama intelectual – mas também quanto afetiva! – que reforçou a legitimidade acadêmica desse campo específico, que já então era minimizado por aqueles que veem o Brasil inteiro através das cidades e o rural inteiro através dos latifúndios. Alguém tem que escrever essa história.

Cooperação, diga-se de passagem, que não se esgota nas relações acadêmicas. Penso aqui, principalmente, na participação de pesquisadores do CPDA nas pesqui-

sas realizadas pelo IICA, sobre a ruralidade contemporânea, na sua presença marcante na formação de um pensamento social sobre o meio rural, através dos diálogos com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, em particular em anos recentes e na sua contribuição inquestionável junto às instituições nacionais responsáveis pela segurança e soberania alimentares.

Cooperação que ultrapassa, igualmente, as fronteiras brasileiras para aprofundar o diálogo com pesquisadores de outros países, de modo especial, na América Latina, na África e na Europa.

Desejando a todos uma leitura agradável e proveitosa, gostaria de participar da comemoração do aniversário do CPDA, transcrevendo o “parabéns”, bem brasileiro, de autoria de Manuel Bandeira e Heitor Villa-Lobos, que vale também para as instituições que admiramos.

Saudamos o grande dia  
Em que hoje comemoras  
Seja a casa onde mora  
A morada da alegria  
O refúgio da ventura  
Feliz Aniversário.

Recife, novembro de 2016.



## APRESENTAÇÃO

*Sergio Pereira Leite  
Regina Bruno*

Esta coletânea institucional faz parte das comemorações dos 40 anos do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ), comemorados em 2016 e 2017, reunindo, para tanto, uma série de capítulos de docentes, muitos deles em parceria com orientandos discentes, ex-discentes e colaboradores.

A ideia é dar visibilidade e trazer para reflexão uma produção ainda inédita e qualificada da casa, resultado de atividades de pesquisa, trabalhos de orientação, apresentações em congressos e em encontros, consultorias e assessorias, etc.

Em comum aos autores, o reconhecimento da importância do olhar interdisciplinar – uma das marcas do CPDA – na reflexão dos processos sociais identificados com o nosso objeto de estudo e buscando, assim, assegurar um olhar plural sobre o tema e a preocupação em entender as significações e a atualidade de processos e questões.

Desde já agradecemos a todos os que colaboraram com a realização e viabilização da coletânea, começando pelo apoio efetivo e imediato da Coordenação do próprio Programa, estendendo nosso reconhecimento à Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e à Action Aid Brasil, que aportaram recursos financeiros para tanto. Somos gratos também ao Delcio da Costa Peçanha Júnior pelo apoio na editoração preliminar do material.

A coletânea encontra-se dividida em três partes, ou blocos, que buscam dialogar entre si, além do prefácio de nossa sempre amiga e referência de reflexão, Maria de Nazareth Baudel Wanderley. A primeira parte aborda de forma abrangente os diferentes significados do rural contemporâneo, tratando de analisar situações específicas que marcam a compreensão e o conhecimento desses processos em perspectiva histórica. A parte subsequente volta-se sobre a análise de processos e mobilizações sociais que envolvem um número expressivo de novos e velhos atores, bem como as diferentes redes estabelecidas a partir dos mesmos, buscando evidenciar a emergência de conflitos e disputas em diferentes áreas de estudo. O último bloco da coletânea enfatiza o tratamento das políticas públicas em diversos setores e níveis, problematizando desde a concepção e o contexto político que caracterizam o Estado brasileiro até os processos

de mediação examinados à luz da capacidade de implementação de um número diferenciado de instrumentos de programas governamentais.

O bloco I, intitulado ***Por uma compreensão abrangente do rural brasileiro***, reúne cinco capítulos. O primeiro deles, de autoria de Roberto José Moreira, sobre “Identidades rurais, natureza, multiplicidades e subalternia”, ao relacionar identidades sociais e ruralidades contemporâneas, explora as contradições e as complexidades que esses conceitos carregam especialmente quando associados às ideias de hegemonia, contra-hegemonia e subalternia presentes no campo, práticas, discursos e simbolismos relacionados ao mundo agrário.

O segundo capítulo, intitulado “Tipologias e significados do ‘rural’: uma leitura crítica”, de Maria José Carneiro e Laila Sandroni, se propõe a analisar os principais enunciados do debate sobre a noção de “rural” e procura mostrar que a razão dualista que os sustentam não é neutra, possuindo um compromisso político que nem sempre é percebido e raramente é contestado ou superado.

Em “Apontamentos sobre a historicidade dos sistemas agrícolas latino-americanos”, Hector Alimonda (*in memoriam*), cuja trajetória intelectual privilegiou questões de ecologia política em interpretações sobre o universo latino-americano, resgata autores clássicos e atualiza entendimentos sobre as trajetórias dos sistemas agrícolas, a localização da região – Brasil incluído - no contexto internacional e destaca – para além das variáveis econômicas – aquelas do poder social sobre o Homem e a Natureza, sempre a partir de uma perspectiva histórica.

O capítulo de Dora Vianna Vasconcellos, sobre “Messianismo e mudança social no mundo rural”, procura analisar alguns escritos pioneiros das Ciências Sociais que abordam a questão do messianismo e da mudança social - reformista ou revolucionária - chamando a atenção para o peso de uma visão de reforma agrária condizente com os preceitos capitalistas.

“Um olhar sobre a ‘Marcha para o Oeste’: Amazônia”, de Eli Napoleão de Lima, traz para o debate a influência de Euclides de Cunha (1866/1909) no pensamento social brasileiro. Em relação à Amazônia ele seria o primeiro, por suas revelações, interpretações, denúncias e intuições, a despertar o “brasileirismo-amazônico”. A autora também ressalta que o projeto da Marcha para o Oeste seguirá essa tendência numa litania incômoda até o presente.

O segundo bloco da coletânea, denominado **Atores, redes, mobilizações e novos conflitos no campo**, agrega sete capítulos com entradas diferentes, porém interconectadas. O primeiro capítulo dessa parte e sexto do livro, intitulado “Movimentos sociais, questões fundiárias e mediações jurídicas: apontamentos sobre o Direito e os conflitos sociais”, de Leonilde Sérvalo de Medeiros, tem como objetivo refletir sobre as relações existentes entre as disputas por terra e as dimensões legais que as cercam. Ou seja, compreender a judicialização dos conflitos fundiários como

parte de um repertório de ação, amplo e diversificado, que compõe as estratégias de luta e a reivindicação por direitos específicos, reconhecidos e inscritos em novos instrumentos legais.

Em “O discurso de Roberto Rodrigues na *Agroanalysis* e o paradoxo do Governo Lula”, Débora Lerrer chama a atenção para o empenho do ex-ministro na construção de um discurso unificador e criador de uma nova imagem do setor, bem como o fortalecimento econômico e político do agronegócio no governo, historicamente identificado com as lutas por terra e pela reforma agrária, bandeiras dos movimentos sociais no campo.

O capítulo de Regina Bruno, sobre “A humilhação como recurso de poder: empregadores e trabalhadores rurais escravizados no Brasil contemporâneo”, aborda questões que mediam as relações entre empregadores e empregados, especialmente quando esses últimos operam em situações análogas ao trabalho escravo. Ao problematizar o uso da linguagem utilizada pelos patrões, a autora examina os processos de reprodução de classe aí embutidos e o suposto direito dos mesmos exercerem esse mecanismo de humilhação pública, exercitando conhecidas práticas de dominação vigentes no agro nacional.

Helena Rodrigues Lopes e Claudia Job Schmitt, em capítulo intitulado “Entre perigos, legitimações e uso seguro: o cotidiano das práticas de utilização de agrotóxicos por agricultores familiares na região de Barbacena – MG”, exploram as causas que levam agricultores familiares mineiros a empregarem um repertório de herbicidas e inseticidas nas atividades agropecuárias, associando tais práticas não somente às decisões individuais desses produtores, mas, sobretudo, ao contexto institucional e de políticas aos quais os mesmos estão submetidos, sejam aqueles relacionados aos programas de crédito e assistência técnica ou mesmo à política de vigilância sanitária e saúde pública.

O décimo capítulo do livro – “Redes alimentares alternativas no Brasil” - de autoria de Fátima Portilho e Isis Leite Ferreira volta-se para a análise do “ativismo alimentar”, buscando compreender os móveis que informam a construção e a prática de organizações relacionadas à produção e ao consumo de alimentos e à conformação de redes alimentares alternativas (*alternative food networks*, na expressão em inglês). São explorados alguns casos em particular, que marcam a experiência recente no contexto brasileiro, envolvendo questões de economia solidária e o protagonismo – ou não – dos consumidores urbanos.

Fechando o bloco, o texto de Jorge O. Romano e Gerardo Cerdas Veja, denominado “Desafios para os BRICS: multipolaridade, nova arquitetura econômica, internacional e sustentabilidade ambiental”, trata do caso brasileiro associado ao grupo formado ainda pela Rússia, Índia, China e África do Sul no processo de construção do Novo Banco de Desenvolvimento e de formatação (ou tentativa) de uma

nova ordem geopolítica internacional. São examinadas as assimetrias entre os integrantes do grupo, especialmente quando confrontadas com questões que marcam a agenda ambiental, como aquela das mudanças climáticas.

A última parte da coletânea (bloco III), sob o título de **Políticas Públicas em Questão**, integra seis capítulos que percorrem distintos períodos e políticas públicas, em diferentes níveis de governança. “Entre a concepção e a implementação das políticas territoriais no Brasil: ideias, interesses e instituições na governança multinível”, de Catia Grisa e Nelson G. Delgado, é o primeiro capítulo do bloco e avança na compreensão das políticas de desenvolvimento territorial no Brasil (Territórios da Cidadania, Territórios Rurais de Identidade) à luz da abordagem dos chamados “3is” (instituições, ideias e interesses), destacando seus limites e oportunidades ao longo da experiência vigente especialmente na última década.

Em seu capítulo sobre “Gestão territorial e desenvolvimento: análise comparativa de políticas territoriais na Amazônia”, Thereza Cristina Cardoso Menezes analisa comparativamente as práticas de gestão e políticas territoriais em dois municípios do Sul do Amazonas (Lábrea e Apuí), buscando refletir sobre o caráter diferencial e efeitos sociais das políticas públicas territoriais na Amazônia

O trabalho sobre “A experiência da Petrobras Biocombustível no semiárido brasileiro e os desafios do desenvolvimento inclusivo” é assinado por Georges Flexor, Karina Kato, Nelson G. Delgado e Sergio Pereira Leite. Os autores, com base na experiência da Petrobras Biocombustíveis com agricultores familiares do semiárido brasileiro, analisam os desafios e as potencialidade que as políticas de desenvolvimento inclusivo enfrentam ao promover a inserção de agricultores em mercados agroenergéticos e procuram mostrar as dificuldades desse tipo de política em viabilizar a inclusão produtiva dos agricultores familiares da região.

O capítulo intitulado O “ICMS Ecológico – equidade social e eficácia ambiental das transferências fiscais no Noroeste de Mato Grosso”, de Peter H. May, Maria Fernanda Gebara, Guilherme Lima, Carolina Jordão, Pedro Nogueira e Maryanne Grieg-Gran, dirige-se à análise desse instrumento fiscal de política pública e sua prática ao longo de quase 20 anos de vigência e seu impacto sobre a conservação ambiental. Para tanto, os casos dos municípios de Juína e Cotriguaçu no Mato Grosso são trazidos para um tratamento mais aprofundado desses efeitos.

Em “Revolução, reformas e políticas públicas”, Raimundo Santos visa mostrar que a reflexão dos intelectuais Caio Prado Junior e Celso Furtado, exposta nas obras clássicas “Formação do Brasil contemporâneo” (1943) e “Formação econômica do Brasil” (1959), ao invés de ser apenas proponente de medidas reformistas ocasionais e pragmáticas, avança proposições de mudança social num horizonte interpretativo mais amplo.



O décimo sétimo e último capítulo da coletânea, denominado “Conflitos intra-burocráticos e agência dos indivíduos: a construção política dos adidos agrícolas”, conta com a autoria de Ricardo Dias da Silva e Jorge O. Romano. Os autores abordam a criação e as controvérsias que cercam a experiência recente da adidância agrícola no Brasil, sua relação com a atuação dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Alimentação e das Relações Exteriores e o desenho da política agrícola externa brasileira.

Esperando que o material que encerra esse volume possa ser útil na atualização do debate sobre a questão agrária brasileira e sua complexa teia de interpretações, temas e situações sociais vigentes, desejamos a todos e a todas uma excelente leitura!